

**Meio:** Jornal Económico

**Data:** 27-02-2021

## Taxa Tobin gera dúvidas sobre consenso e eficácia da medida

José Varela Rodrigues e Lígia Simões / 26 Feb 2021

Presidência portuguesa da UE quer reabrir dossiê da taxa Tobin. Imposto tem de reunir consenso alargado. Ao JE, especialistas duvidam da medida.



O tema é antigo, chegou a ser apontado como uma das 'soluções' da recessão económica de 2008 e avançou em 2011, mas só no papel. Agora, a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE) quer reabrir a discussão sobre a famigerada taxa Tobin, um imposto sobre as transações financeiras, relançando-a no atual contexto de crise.

“O objetivo-chave da presidência é explorar caminhos para um possível consenso em torno de um modelo de formato de uma taxa sobre as transações financeiras eficiente, reavaliando os pontos de vista dos Estados-membros participantes e também não participantes, à luz do atual contexto”, propôs Portugal aos restantes Estados-membros da UE, segundo a Lusa. A presidência portuguesa sugere, ainda, que os exemplos de França e Itália sejam os modelos a seguir em toda a UE.

Mas três especialistas ouvidos pelo Jornal Económico receiam os efeitos da medida. O antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Rogério Fernandes Ferreira considera que “seria preferível adotar outro caminho”, até porque esta taxa só funcionaria se fosse “implementada globalmente, pelo menos no seio da UE”.

No caso de Portugal, Fernandes Ferreira diz que uma taxa Tobin teria um impacto “negativo”, com “fuga de capitais para outros mercados”, prejudicando as empresas que “mais dependam do sector financeiro”. Acresce que o aumento da carga fiscal seria “repassado para a economia real, o que, num contexto de crise pandémica e económica, poderá ter um efeito anti-cíclico e prejudicar a própria retoma”.

O fiscalista sugere, em alternativa, a criação de um imposto europeu temporário acomodado num orçamento rectificativo. “Um novo recurso próprio extraordinário da UE”, que recaísse “sobre pessoas singulares residentes na UE (e equiparadas, como as heranças jacentes), liquidado pelos intermediários financeiros e pelos municípios e administrações tributárias, sendo consignado, exclusivamente, ao combate e aos efeitos da pandemia”.

Para o economista e professor catedrático do ISEG João Duque uma taxa Tobin introduziria “atrito sobre uma operação que promove a satisfação das partes”, sendo que “taxas de 0,2% ou 0,3% são excessivas”. Mas, “se for uma pequena quantia pode financiar uma atividade importante e essencial”. Mas João Duque receia que a medida leve os investidores para mercados não supervisionados, “para coisas como as criptomoedas que, essas sim são perigosas”. Acresce que este imposto “não é essencial” à recuperação económica europeia, “seria [só] uma ajuda”.

#### **“Não acredito que exista um consenso generalizado”**

O administrador executivo da corretora Dif Broker Pedro Lino, por sua vez, considera a criação de uma taxa Tobin “um contrassenso, tendo em conta a necessidade de dinamização do mercado financeiro e do acesso das empresas ao mercado de capitais como forma alternativa ao crédito bancário”.

O economista acrescenta que a medida teria “um impacto orçamental diminuto” e que o tema tem mais a ver com uma questão política do que monetária”, porque “não existe coragem, nem efetividade, de lutar contra a evasão fiscal, harmonização de impostos nas diferentes jurisdições, e todos querem aproveitar algum tipo de vantagem”. Falta - refere - “uma política fiscal comum”.

Nesse sentido, o analista de mercado salienta que um imposto desta natureza colocaria em “perigo” a dinamização dos mercados e “a competitividade das praças financeiras europeias, principalmente quando comparadas com as americanas”.

Pedro Lino lembra que as mais valias do mercado já são taxadas. Por isso, alerta que um novo “imposto pode afastar o capital para outras bolsas ou reduzir a liquidez diária”. O economista diz que a medida só funcionaria se fosse aplicada à escala global, incluindo os EUA. Mas duvida que isso aconteça. No seio da UE, até “a Alemanha tem escapado à implementação deste imposto”.

“Não acredito que exista um consenso generalizado [sobre uma taxa Tobin na UE], afirma.

### **O que é a Taxa Tobin?**

Para já, Portugal quer apenas reabrir o dossiê da taxa. O objetivo da presidência portuguesa é contribuir para que, no final de 2022, haja uma conclusão concreta sobre um imposto para as transações financeiras comum a todos os países da UE. Na ausência de um consenso, Bruxelas avançará com um novo imposto sobre transações financeiras até 2026.

A taxa Tobin remonta ao início da década de 1970, quando o economista norte-americano James Tobin, Nobel da Economia em 1981, a propôs. Através de um imposto sobre as transações financeiras especulativas, estimado em cerca de 0,1% sobre transações de ações e obrigações, Tobin proponha uma forma de desencorajar a especulação de curto prazo.

A taxa Tobin remonta ao início da década de 1970, quando o economista norte-americano James Tobin, Nobel da Economia em 1981, a propôs. Através de um imposto sobre as transações financeiras especulativas, estimado em cerca de 0,1% sobre transações de ações e obrigações, Tobin proponha uma forma de desencorajar a especulação de curto prazo.

Na UE, o tema só começou a ser tratado em 2011. Um ano depois, Alemanha, França, Portugal, Grécia, Eslovénia, Bélgica, Áustria, Espanha, Itália, Estónia e Eslováquia concordaram em avançar com a criação de um imposto sobre transações financeiras. Só no ano passado, a Comissão Europeia apresentou uma proposta final sobre a taxa Tobin, estimando arrecadar entre 30 mil a 35 mil milhões de euros. Bruxelas procurará novas receitas para suportar a dívida de 800 mil milhões que vai financiar os planos de recuperação económica da Europa.